

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

RICARDO TIEL DE OLIVEIRA VALIM

**AVANÇOS E DESAFIOS NA REGULARIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS
FAMILIARES DE AÇÚCAR MASCADO E MELADO DE ITATI/RS**

Santo Antônio da Patrulha

2017

RICARDO TIEL DE OLIVEIRA VALIM

**AVANÇOS E DESAFIOS NA REGULARIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS
FAMILIARES DE AÇÚCAR MASCAVO E MELADO DE ITATI/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Susana Cardoso

Coorientadora: Dra. Alessandra Matte

Santo Antônio da Patrulha

2017

RICARDO TIEL DE OLIVEIRA VALIM

**AVANÇOS E DESAFIOS NA REGULARIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS
FAMILIARES DE AÇÚCAR MASCAVO E MELADO DE ITATI/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 29 de novembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Susana Cardoso – Orientadora
UFRGS Faculdade de Veterinária

Profa. Dra. Catia Grisa
UFRGS Campus Litoral Norte

Prof. Dr. Alberto Bracagioli Neto
UFRGS Faculdade de Agronomia

*Dedico aos meus amores e fonte de minha
inspiração, meus filhos, **Vitória Dias Valim, Thiago
Dias Valim e Miguel Dias Valim.***

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela saúde e proteção nesta jornada de estudos.

Meu muito obrigado a todos os professores, tutores a distância e tutores presenciais, pela dedicação, empenho e compreensão. Em especial a tutora presencial Cristiane Niemeyer e a tutora à distância Judit Ortuno Herrera, que estiveram presentes durante os quatro anos da graduação.

Meu agradecimento especial as minhas orientadoras, professora Susana Cardoso e tutora Alessandra Matte, que contribuíram para a elaboração deste trabalho.

Agradeço a minha família, meu pai Antônio Carlos Pereira Valim e minha mãe Claudete Maria de Oliveira Valim, meus irmãos Rodrigo, Romulo e Mariana, pelo incentivo e apoio nas horas difíceis, amo vocês!!.

Agradeço a minha companheira, amiga e namorada, Melisa da Silva Faustino, pelo incentivo, cobrança e carinho, superando as dificuldades, para a realização deste momento.

Agradeço aos meus amigos, aos que estão perto e, os que estão distantes, mas que de uma forma ou de outra sabem que contribuíram para minha formação, desta forma agradeço também aos meus colegas de Emater/RS-Ascar, pela troca de conhecimento e informações, que muito contribuiu para minha formação acadêmica e profissional.

Enfim, obrigados às pessoas que fazem parte da minha vida!

RESUMO

O presente trabalho analisou os avanços e desafios na regularização das agroindústrias familiares de açúcar mascavo e melado de Itati/RS. Diante do contexto histórico do processamento da cana-de-açúcar na região, que iniciou com a colonização e se perpetuou através das gerações. A partir das regulamentações para industrialização de alimentos na segunda metade do século XX, padronizando e estabelecendo processo de produção, levou as agroindústrias familiares, com pequena escala de produção e processamento artesanal, a passarem por dificuldades, não se enquadrando as normas, permanecendo na informalidade. Com a formulação de políticas públicas voltadas aos pequenos agricultores e ao setor de agroindústrias familiares, se estabelece um novo momento, com incentivo a formalização, mas com fiscalização próxima e atuante. Mediante a formalização, o estudo se propõe a analisar os impactos gerados nas agroindústrias familiares para com as famílias de agricultores, analisando os avanços e os desafios a serem superados. Com objetivos específicos de caracterizar as agroindústrias familiares rurais produtoras de açúcar mascavo e melado, formais e informais; identificar os avanços e desafios do processo de legalização; analisar as transformações sociais, econômicas e ambientais. Trata-se de um estudo de casos múltiplos, onde se analisou 4 agroindústrias formais e 4 agroindústrias informais. O levantamento dos empreendimentos familiares foi realizado no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Itati, e a seleção das agroindústrias para pesquisa foi mediante sorteio. A coleta de dados se deu por meio de entrevista semiestruturada, com perguntas orientadoras, dando liberdade ao entrevistado falar sobre o tema. Diante dos dados, se caracterizou as agroindústrias familiares de açúcar mascavo e melado de Itati como uma reprodução da família, formada pelo casal, filhos e noras. O processo produtivo é realizado pela família, desde o plantio da cana-de-açúcar até a comercialização. Os avanços proporcionados pelas políticas públicas e os desafios referentes aos recursos financeiros necessários para a regularização, bem como a pausa na produção para reforma/construção da estrutura física da agroindústria, resultando em um período sem renda para manutenção familiar, configurando-se no principal desafio para a regularização das agroindústrias informais.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Agroindústria familiar. Formalização. Açúcar Mascavo e Melado. Itati.

RESUMEN

El presente trabajo analizó los avances y desafíos en la regularización de las agroindustrias familiares de azúcar moreno y melado de Itati / RS. Ante el contexto histórico del procesamiento de la caña de azúcar en la región, que inició con la colonización y se perpetuó a través de las generaciones. A partir de las regulaciones para la industrialización de alimentos en la segunda mitad del siglo XX, estandarizando y estableciendo proceso de producción, llevó a las agroindustrias familiares, con pequeña escala de producción y procesamiento artesanal, a pasar por dificultades, no enmarcando las normas, permaneciendo en la informalidad. Con la formulación de políticas públicas dirigidas a los pequeños agricultores y al sector de agroindustrias familiares, se establece un nuevo momento, con incentivo a la formalización, pero con fiscalización próxima y actuante. Mediante la formalización, el estudio se propone analizar los impactos generados en las agroindustrias familiares para con las familias de agricultores, analizando los avances y los desafíos a ser superados. Con objetivos específicos de caracterizar las agroindustrias familiares rurales productoras de azúcar moreno y melado, formales e informales; identificar los avances y desafíos del proceso de legalización; analizar las transformaciones sociales, económicas y ambientales. Se trata de un estudio de casos múltiples, donde se analizó 4 agroindustrias formales y 4 agroindustrias informales. El levantamiento de los emprendimientos familiares fue realizado en el Consejo Municipal de Desarrollo Rural de Itati, y la selección de las agroindustrias para investigación fue mediante sorteo. La recolección de datos se dio por medio de una entrevista semiestructurada, con preguntas orientadoras, dando libertad al entrevistado hablar sobre el tema. Ante los datos, se caracterizó las agroindustrias familiares de azúcar moreno y melado de Itati como una reproducción de la familia, formada por la pareja, hijos y nanas. El proceso productivo es realizado por la familia, desde la plantación de la caña de azúcar hasta la comercialización. Los avances proporcionados por las políticas públicas y los desafíos referentes a los recursos financieros necesarios para la regularización, así como la pausa en la producción para reforma / construcción de la estructura física de la agroindustria, resultando en un período sin renta para el mantenimiento familiar, configurándose en el principal cuello de botella para la regularización de las agroindustrias informales.

Palabras clave: Agricultura familiar. Agroindustria familiar. Formalización. Azúcar Mascavo y Melado. Itati.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma de produção do açúcar mascavo	18
Figura 2 – Fluxograma de Produção de Melado com Brix 65°	19
Figura 3 – O município de Itati e sua localização geográfica no estado do Rio Grande do Sul	21
Figura 4 – Localização geográfica das comunidades de Itati	22
Figura 5 – Localização das agroindústrias de açúcar mascavo e melado de Itati pesquisadas e suas respectivas comunidades	24
Figura 6 – Fluxograma de produção do açúcar mascavo e melado de Itati	28
Figura 7 – Exemplo de estrutura física de agroindústrias informal	29
Figura 8 – Agroindústria informal de açúcar mascavo e melado na etapa de cozimento do caldo de cana	30
Figura 9 – Mercados acessados pelas agroindústrias informais de Itati	31
Figura 10 – Estrutura física da Agroindustria H antes (2016) e depois (2017) da reforma	31
Figura 11 – Agroindústria Formal de açúcar mascavo e melado	32
Figura 12 – Mercados acessados pelas agroindústrias formais de Itati	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Levantamento de agroindústrias familiares de Itati	23
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sucessão da família na agroindustrialização do açúcar mascavo e melado de Itati.....	27
Gráfico 2 – Percentual médio da renda proveniente da agroindustrialização e de outras atividades	37

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	JUSTIFICATIVA.....	10
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
2.1	RESGATE DA REGULAMENTAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS	12
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES, UM NOVO CENÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL E NO BRASIL	14
2.3	AGROINDÚSTRIA DE DERIVADOS DA CANA-DE-AÇÚCAR.....	17
3	METODOLOGIA.....	20
4	TRAJETÓRIA DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DE ITATI	26
4.1	CARACTERIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DE ITATI	26
4.1.1	Agroindústrias Informais.....	29
4.1.2	Agroindústrias Formais.....	31
4.2	AVANÇOS E DESAFIOS EM TORNO DO PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	33
4.3	ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS DA FORMALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES	36
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS	42
	APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	45

1 INTRODUÇÃO

O processamento de matérias-primas agrícolas para a obtenção de alimentos faz parte da história sociocultural das famílias de agricultores, sendo mais uma arte ou herança cultural do que uma técnica propriamente dita (SULZBACHER, 2009). O beneficiamento da produção é uma atividade tradicional na região do vale do Rio Três Forquilhas, região onde localiza-se o município de Itati/RS. As atividades de agroindustrialização iniciaram em função do isolamento geográfico e cultural da antiga colônia alemã e a necessidade de produzir suprimentos para a manutenção das famílias, sendo o açúcar mascavo e o melado de cana os produtos tradicionais da região.

Itati é um pequeno município localizado no litoral Norte do Rio Grande do Sul, com tradição no beneficiamento e transformação da produção agrícola. Durante gerações, o conhecimento empírico no processamento da cana-de-açúcar, foi passado e repassado, garantido a sobrevivência das famílias na medida em que implicava na geração de renda e contribuía com a sucessão rural.

Diante da necessidade pública de garantir alimentos saudáveis, com padrões sanitários satisfatórios, o Estado passou a regulamentar o processamento de alimentos por meio de Leis, Decretos e outras legislações em que eram impostas exigências estruturais e técnicas para o processamento e comercialização de produtos industrializados (BRASIL, 1969).

Para os agricultores familiares, o processamento artesanal através das agroindústrias familiares, é uma oportunidade de fuga da dependência de venda de matérias-primas para o complexo industrial, representando uma re-apropriação de tarefas que haviam sido transferidas do ambiente rural, para as grandes plantas industriais a partir de 1950 pela pressão das legislações sanitárias (GUIMARÃES, 2001 apud SULZBACHER, 2009). Tendo em vista que, a economia em escala praticada pelas grandes indústrias, não é possível de ser praticada e gera muitas restrições aos pequenos agricultores, levando-os a serem meros produtores de matérias-primas baratas para as grandes agroindústrias, perdendo a autonomia e a capacidade de criação e inovação (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2015).

Conforme Gazolla e Schneider (2017), a falta de diálogo das instituições reguladoras para com as agroindústrias familiares, levou estas, a um ambiente institucional marcado pela informalidade. Este modelo conduziu as agroindústrias de

Itati a manterem-se na informalidade durante anos, vendendo seus produtos sem as devidas licenças e alvarás, numa resistência ao modelo imposto. No entanto, o processamento informal dos derivados da cana-de-açúcar, tem um novo capítulo à medida em que o estado implanta políticas públicas direcionadas às agroindústrias familiares, apontando caminhos e benefícios para a regularização, aumentando as ações de fiscalização dos órgãos competentes, gerando impactos sociais e econômicos sobre o meio rural e conseqüentemente sobre os agricultores. No entanto, de maneira mais concreta, pouco se sabe sobre tais mudanças para a realidade do município de Itati.

Assim, diante desse contexto, este estudo visa analisar os impactos da regularização das agroindústrias familiares para os agricultores familiares produtores de açúcar mascavo e melado de Itati, analisando os avanços e os desafios a serem superados. De modo que, o objetivo geral do estudo foi analisar as transformações geradas a partir da regularização das agroindústrias familiares rurais produtoras de açúcar mascavo e melado e os entraves que mantém outras tantas agroindústrias na informalidade no município de Itati. Para responder a esse objetivo geral, a pesquisa foi orientada a partir dos seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar as agroindústrias familiares rurais produtoras de açúcar mascavo e melado que estão formalizadas e aquelas que atuam na informalidade;
- Identificar os avanços e desafios em torno do processo de legalização da produção na perspectiva de agricultores familiares envolvidos nesta atividade;
- Analisar as transformações sociais, econômicas e ambientais da formalização destas agroindústrias familiares.

1.1 JUSTIFICATIVA

O beneficiamento da produção é uma atividade tradicional no município de Itati. A atividade iniciou pelo isolamento da antiga colônia alemã (ELY, 2000) e a necessidade de produzir suprimentos para a manutenção das famílias, sendo o açúcar mascavo e o melado de cana, produtos tradicionais da região.

Com o desenvolvimento da região, após a emancipação política de Itati e a conclusão da Rota do Sol (RS 486) nos anos 2000, abriu novas possibilidades de comercialização. Produtos como o açúcar mascavo e o melado de cana, produzidos de forma artesanal, se valorizaram através da demanda por alimentos saudáveis,

tornando-se uma oportunidade e alternativa de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares (SULZBACHER, 2009).

Diante das regulamentações sanitárias, ambientais e tributárias que o processamento de alimentos exige, na busca pela formalidade, o estudo se propõe a conhecer a realidade local, sobre três aspectos: I) valorização da produção local e das tradições culturais, que resulta num produto reconhecido popularmente como natural e saudável; II) os impactos gerados na comunidade diante da regularização dos empreendimentos, relacionado aos eixos econômicos, ambiental e social e III) os gargalos que precisam ser superados no processo de regularização, buscando a visibilidade das famílias.

Os resultados da pesquisa poderão servir de subsídios para formulação de políticas públicas municipais, voltadas às agroindústrias, sendo que Itati não possui este tipo de política para desenvolvimento do setor, bem como contribuir na evolução das políticas públicas de estado existentes.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo serão apresentados apontamentos conceituais acerca do debate sobre a definição de agroindústria familiar. As mudanças ocorridas no cenário legislações e das políticas públicas do país que se referem às agroindústrias familiares, bem como a descrição do processo de fabricação de açúcar mascavo e melado, serão resgatadas nesse capítulo.

2.1 RESGATE DA REGULAMENTAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS

Na segunda metade do século XX, após as grandes guerras, o mundo passa por significativas transformações, refletindo na produção e no mercado brasileiro, como a divisão mundial do trabalho, que se modifica drasticamente, em que os países periféricos, no seu conjunto, passam a ser importadores de alimentos, enquanto os países avançados figuram como os principais exportadores de produtos agropecuários, reflexo do nível de produção e produtividade destes países. Já os países periféricos, como o Brasil, por algum tempo, viram sua capacidade de excedentes exportáveis diminuir por conta do crescimento demográfico e urbano, da mesma forma, a produção interna, em geral na mão dos agricultores familiares, onde o aumento da produção se dava pela expansão horizontal e não pelo aumento da produtividade, não deu conta da demanda, que além de aumentar se diversificou (SORJ; WILKINSON, 1983).

Neste período, no Brasil, assim como em outros países ditos “atrasados”, o ideário de desenvolvimento se alia a ideia de crescimento econômico, nessa junção surge o desenvolvimentismo, caracterizado como uma política econômica com ênfase no desenvolvimento industrial, com ampliação da infraestrutura e aumento do consumo, com ativa participação do estado. A expansão industrial crescente, com desenvolvimento vertical, gera enormes desigualdades, consolidando-se um modelo de desenvolvimento excludente e deficitário, que privilegia classes (RADOMSKY, 2009).

Com o processo de desenvolvimento da indústria, o país passa a regulamentar suas atividades por meio de leis e decretos, muitas destas geram impactos diretos, principalmente naqueles empreendimentos agroindustriais de menor porte. Dentro deste contexto, em 1969, o governo brasileiro, através do

Decreto-Lei Nº 986, de 21 de outubro de 1969 (BRASIL, 1969), Instituiu Normas Básicas sobre Alimentos, definindo em seu “Art 1º A defesa e a proteção da saúde individual ou coletiva, no tocante a alimentos, desde a sua obtenção até o seu consumo [...]”, determinando em seu Art 3º que “todo alimento somente será exposto ao consumo ou entregue à venda depois de registrado no órgão competente do Ministério da Saúde”.

A instituição de leis e normas para o processamento de alimentos se constitui como um novo momento para a indústria brasileira, com o estabelecimento de garantias e processos na produção de alimentos de qualidade, levando a padronização industrial. Sorj e Wilkinson (1983), afirmam que a agricultura familiar é uma categoria social, que luta contra as imposições que o sistema agroindustrial lhe impõe, preservando um modelo economicamente viável, através das bases de funcionamento, da especificidade material e ideológica.

A reprodução da agricultura familiar está pautada principalmente na sucessão da família, aspectos culturais são passados de geração em geração, assim como o processamento de alimentos de forma artesanal. Segundo Mior (2005), o processamento da produção familiar, vincula-se a família e aos costumes regionais, característicos do espaço geográfico, podendo ser uma ótima ferramenta na reprodução social, promovendo também a sucessão da agricultura familiar através da agroindustrialização.

Durante anos a tradição no beneficiamento da produção agrícola se sucedeu, como forma de resistência ao modelo agroindustrial imposto. A produção das agroindústrias familiares se baseava na subsistência da família, com venda do excedente, via cadeias curtas, direta ao consumidor. Conforme Gazola (2012, p. 68), “as agroindústrias funcionam com base nos conhecimentos dos próprios agricultores, o que realça a existência de outras questões que implicam seu desenvolvimento, como a produção de novidades”. Sendo que essas baseiam-se em pequena escala de produção, próxima dos mercados e muitas vezes informais.

Marsden (2003) *apud* Agne e Walquil (2009), reforçam que a comercialização nas agroindústrias familiares é identificada pela interação existente entre os agricultores e os consumidores, eliminando os intermediários e ou elos da cadeia produtiva industrial.

Nesse contexto, esclarecer e distinguir o que se compreende como alimento “tradicional” e “artesanal”, é fundamental para pensar o debate das agroindústrias

familiares. Ao estudar o Queijo Serrano, produzido em parte da Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, na área que compreende os Campos de Cima da Serra, Cruz (2012) propõem distinções entre esses conceitos, pautadas a partir dessa experiência. Assim, a autora reconhece que a tradição ou a revalorização da tradição tem o intuito de trazer para o presente a natureza como ela foi outrora, como a lembrança das nossas raízes. O artesanal vem em oposição ao artificial, remetendo aos consumidores adjetivos de natural, fresco e caseiro (CRUZ, 2012).

Os produtos artesanais não possuem produção em escala, exigindo em seu processamento características próprias de quem o faz aliado ao cuidado com a matéria-prima e as relações sociais locais (MIOR, 2005). O processamento da matéria-prima agrícola, de forma artesanal, exige entre as habilidades dos agricultores, o “jeito de fazer”, criando identidade ao produto.

Agne e Walquil (2009, p 197) contextualizam escrevendo que “esta produção se distingue pelo sabor, pela utilização de matérias-primas naturais, pela minimização do uso de aditivos químicos, pelo receituário singular de produzir do agricultor, etc”.

O enfoque histórico das tradições é descrito no livro “História da Agroindústria Familiar” de Noronha, Roldan e Dalbem (2015, p.11) conforme segue:

O Rio Grande do Sul tem tradição histórica na produção familiar de alimentos processados. O processamento e a transformação de alimentos na sua concepção familiar, desde longa data, ocorrem na cozinha das famílias rurais, com as receitas tradicionais das matriarcas. A agroindústria familiar rural é a evolução deste espaço caseiro e familiar transformado em um novo empreendimento social e econômico.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES, UM NOVO CENÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL E NO BRASIL

A agricultura familiar só assume sua importância política a partir dos anos 90, com a criação de leis direcionadas aos agricultores familiares (SULZBACHER, 2009).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado pelo Decreto nº 1.946 de 28 de julho de 1996 (BRASIL, 1996), possui diretrizes que visam a melhoria da qualidade de vida do agricultor familiar, mediante o desenvolvimento rural sustentável, com aumento da capacidade produtiva através

do aprimoramento das tecnologias empregadas, estimulando a pesquisa, e assim possibilitando novas oportunidades de emprego e renda.

Desde então, foram desenvolvidas políticas para a agricultura familiar, obedecendo o mesmo enquadramento do PRONAF, mas com enfoques complementares, como a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que possibilita assistência continuada aos agricultores familiares, além de políticas de acesso a mercados, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013).

No Rio Grande do Sul, a criação da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo (SDR), criada em 2011, com o compromisso de formular, coordenar e executar políticas e diretrizes de desenvolvimento rural, com ações dirigidas à Agricultura Familiar, assentados da Reforma Agrária, pescadores, comunidades indígenas e quilombolas, agroindústrias familiares e cooperativas rurais e urbanas (SDR, 2017).

O Programa Estadual de Agroindústria Familiar do Rio Grande do Sul (PEAF), “Sabor Gaúcho”, transformado em Política Estadual de Agroindústria Familiar, pela Lei Estadual nº 13.921, de 17 de janeiro de 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012), institui em seu Art.1º:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual Familiar no Estado do Rio Grande do Sul, que tem por finalidade a agregação de valor à produção agropecuária, à atividade pesqueira e aquicultura e extrativista vegetal, com vista ao desenvolvimento rural sustentável, à promoção da segurança alimentar e nutricional da população e ao incremento à geração de trabalho e renda.

Já o Decreto Nº 49.341, de 05 de Julho 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012), “Cria o Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, e institui o selo de marca de certificação ‘Sabor Gaúcho’”.

O decreto define em seu Art. 4º, dois conceitos de agroindústrias:

I - agroindústria familiar: o empreendimento de propriedade ou posse de agricultor(es) familiar(es) sob gestão individual ou coletiva, localizado em área rural ou urbana, com a finalidade de beneficiar e/ou transformar matérias-primas provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquícolas, extrativistas e florestais, abrangendo desde os processos simples até os mais complexos, como operações físicas, químicas e/ou biológicas;

II - agroindústrias familiares de pequeno porte de processamento artesanal: os estabelecimentos agroindustriais com pequena escala de produção dirigidos diretamente por agricultor(es) familiar(es) com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, cuja produção abranja desde o preparo da matéria-prima até o acabamento do produto, seja realizada com o trabalho predominantemente manual e que agregue aos produtos características peculiares, por processos de transformação diferenciados que lhes confirmem identidade, geralmente relacionados a aspectos geográficos e histórico-culturais locais ou regionais;

O programa “Sabor Gaúcho” proporciona aos empreendimentos cadastrados, políticas de auxílio para a regularização. Conforme a Cartilha Programa Estadual de Agroindústria Familiar – PEAFF (SDR, 2017), estabelece como benefícios:

- A – Assistência técnica na elaboração e no encaminhamento de projetos financeiros, sanitários e ambientais para implantação e legalização de agroindústrias familiares de origem animal, vegetal e bebidas;
- B – Financiamento para investimento e capital de giro (Feaper e Pronaf);
- C – Material técnico para agricultores familiares e entidades parceiras;
- D – Qualificação profissional de agricultores familiares;
- E – Concessão de uso do selo Sabor Gaúcho;
- F – Para microprodutores rurais (definidos pela Lei Estadual 10.045, de 1993), comercialização com talão do produtor rural dos produtos processados artesanalmente, descritos na Instrução Normativa DRP 45/98, da Receita Pública Estadual;
- G – Apoio à comercialização dos produtos das agroindústrias familiares em feiras, pontos de venda da agricultura familiar e mercados institucionais;
- H – Apoio ao licenciamento ambiental para os empreendimentos que se enquadrem na resolução Conama 385, de 2006;
- I – Apoio à elaboração de layout de rótulos.

Em nível nacional, recentemente o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) publicou uma instrução normativa voltada para a realidade das pequenas agroindústrias. A Instrução Normativa Nº 5, de 14 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017), estabelece requisitos para avaliação sanitária de pequenos estabelecimentos agroindustriais, regramdo de forma peculiar o leite e o mel, juntamente com seus derivados, e também os ovos de galinha e de codorna, mantendo todas as exigências sanitárias que garantam um produto de qualidade, mas ao mesmo tempo respeitando a realidade e a disponibilidade de recursos dos pequenos estabelecimentos, como exemplo podemos citar as estruturas junto a residências, onde a IN 05/2017 abre essa possibilidade, desde que os acessos sejam independentes, sem ligação interna entre os ambientes da casa e da agroindústria.

Como forma de assegurar as características culturais e de qualidade do queijo serrano, produto tradicional dos campos de cima da serra do Rio Grande do Sul, em janeiro de 2017, o governador do estado, sancionou a Lei 63/2016 (RIO GRANDE DO SUL, 2016), que dispõe sobre a produção e a comercialização do queijo artesanal serrano, no Estado do Rio Grande do Sul. Definindo em seu Art. 1º, §1º, as características relativas ao processamento e ao produto, conforme segue:

[...] considera-se queijo artesanal serrano o produto elaborado, na propriedade de origem do leite, a partir do leite cru, integral e recém ordenhado, que se obtém por coagulação enzimática do leite, por meio da utilização de coalhos industriais e, no ato da prensagem, utilizando somente o processo manual e, cujo produto final apresente massa uniforme e consistência firme, cor e sabor próprios, isenta de corantes e conservantes, com ou sem olhaduras mecânicas, conforme a tradição na Região Serrana do Rio Grande do Sul.

A Lei 63/2016 possibilita para as famílias a valorização esta produção tradicional, com a produção do queijo a partir do leite cru, sem a obrigatoriedade de pasteurização, mantendo as características históricas do produto, a lei também define que a matéria-prima, no caso o leite, deve ser originário da propriedade, sendo vedado a compra de matéria-prima de fora da mesma. Este é um marco para outras iniciativas e produtos, pois possibilita a implantação e o desenvolvimento da agroindústria familiar (RODRIGUES, 2017).

As agroindústrias familiares emergem sobre a prerrogativa de oportunidade e alternativa para garantir a reprodução socioeconômica das unidades de produção da agricultura familiar, inserindo-se num nicho de mercado em expansão devido a identidade territorial do produto, concomitantemente, a sociedade demanda por estes produtos, por diferentes motivações, como a busca por produtos saudáveis, naturais e vinculados a um processo produtivo carregado de uma simbologia ambiental e social (SULZBACHER, 2009).

2.3 AGROINDÚSTRIA DE DERIVADOS DA CANA-DE-AÇÚCAR

A indústria da cana-de-açúcar no Brasil, representa cerca de 2,3% do PIB brasileiro, além de ser o maior produtor mundial de cana-de-açúcar é o único país do mundo a produzir em larga escala um biocombustível elaborado com esta matéria-prima, alternativo aos combustíveis derivados de petróleo. No entanto, além do

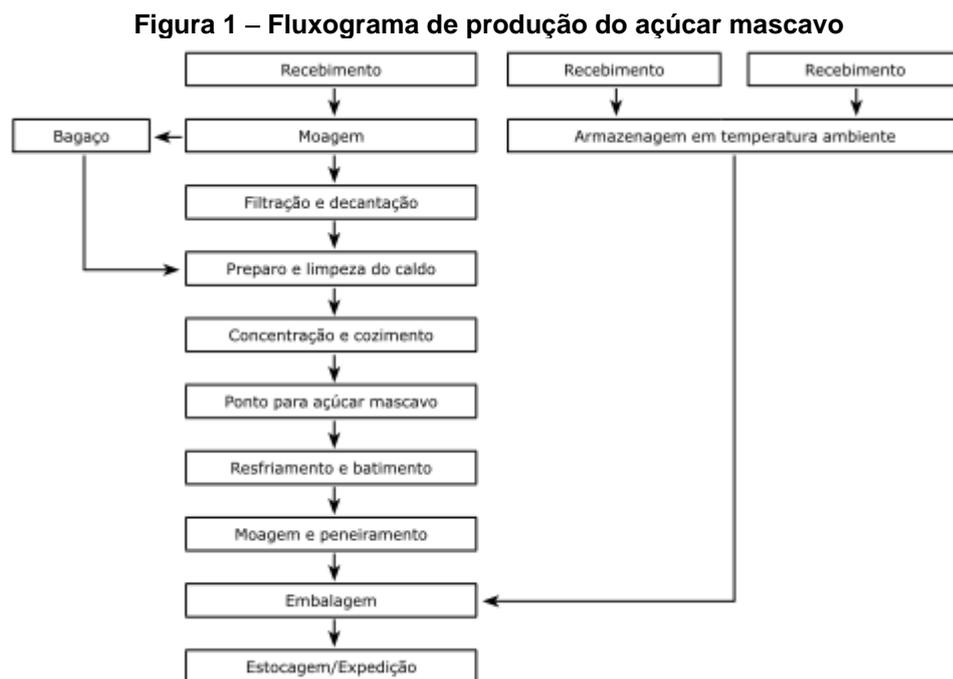
mercado sucroalcooleiro, um segundo setor, formado por agroindústrias familiares de pequeno porte, formais e informais, movimenta a economia local, com a produção de açúcar mascavo, melado, cachaça e rapadura (ORSOLIN, 2002).

No Rio Grande do Sul, a cana-de-açúcar foi introduzida no século XVIII, através da colonização do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, onde hoje se localiza o município de Santo Antônio da Patrulha, com registro dos primeiros engenhos de açúcar mascavo em 1800, impulsionando as comunidades naquele momento de colonização e expandindo a produção da cultura para a região (SANTO ANTONIO DA PATRULHA, 2017).

Vieira (1998) *apud* Orsolin (2002) justifica o surgimento da agroindustrialização mediante dois motivos: i) a necessidade de agregar valor à matéria prima produzida; ii) aproveitamento dos excedentes da produção. Já Orsolin (2002) acrescenta um terceiro motivo, a habilidade cultural trazida pelos descendentes europeus, em transformar as matérias-primas produzidas.

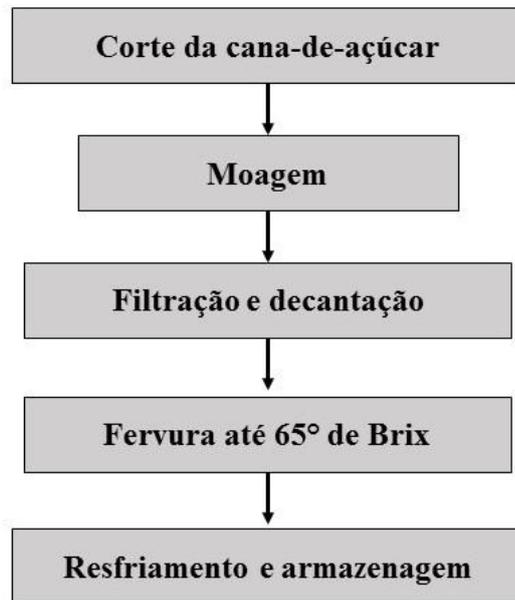
O processamento da cana-de-açúcar obedece um fluxo produtivo, sua descrição através de um fluxograma, tem o objetivo de apresentar de forma clara e simples, as etapas do processo de fabricação (CARDOSO; RÜBENSAM, 2011).

O fluxograma de produção de açúcar mascavo está apresentado na Figura 1 e o de melado na Figura 2.



Fonte: Silva e Fernandes (2003) *apud* Cardoso e Rübensam (2011)

Figura 2 – Fluxograma de Produção de Melado com Brix 65°



Fonte: Becker (2013)

Shikida (2010) destaca que a exploração da cana-de-açúcar, aliado com a prática da agricultura familiar, pode tornar-se uma das possibilidades de permanência das famílias no campo, pois a cana consiste em uma matéria prima de aproveitamento múltiplos.

Orsolin (2002, p. 41) conclui que “a agroindustrialização, que agrega valor através do beneficiamento e/ou processamento da matéria prima produzida pelos agricultores familiares, tem sido, nos últimos anos, uma busca crescente como alternativa de aumentar a renda e, conseqüentemente, melhorar as condições socioeconômicas destas famílias”.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo serão apresentados a metodologia utilizada na pesquisa, bem como, o tipo de estudo, o espaço geográfico, os atores envolvidos, as ferramentas utilizadas na coleta de dados, bem como a análise dos dados coletados.

O estudo tem abordagem qualitativa, buscando compreender os impactos gerados frente a informalidade ou regularização das agroindústrias familiares de Itati. Segundo Goldenberg (1997) *apud* Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa é voltada para a compreensão de um grupo social, sem a preocupação com representação numérica. Quanto a natureza da pesquisa, é classificada como pesquisa aplicada, gerando conhecimentos para aplicação prática, envolvendo verdades e interesses locais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Como procedimento técnico será utilizado o estudo de caso. Conforme Gil (2002, p.54) “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. No âmbito das ciências sociais o estudo de caso tem o propósito de explorar situações da vida real, sem limites definidos, mantendo o caráter unitário do objeto, descrevendo situações do contexto, formulando hipóteses ou desenvolvendo teorias, explicando as variáveis casuais. O estudo será de casos múltiplos, com a condução simultânea do estudo em um conjunto de agroindústrias familiares de Itati.

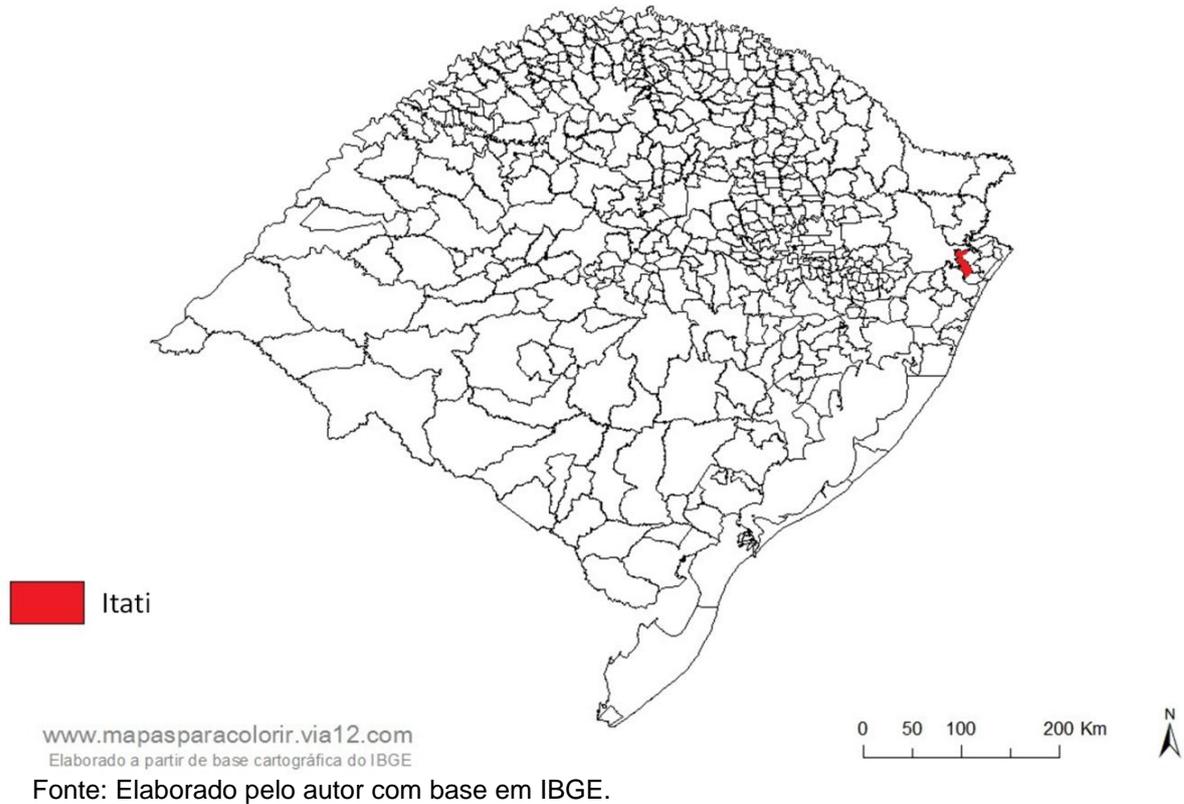
Com base nos objetivos, classifica-se como pesquisa descritiva. Segundo Gil (2008) “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, e ainda “vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação”.

O estudo de caso foi realizado em agroindústrias familiares produtoras de açúcar mascavo e melado de Itati, entre aquelas que estão formalizadas e as que permanecem na informalidade, buscando analisar as transformações geradas a partir da regularização das agroindústrias.

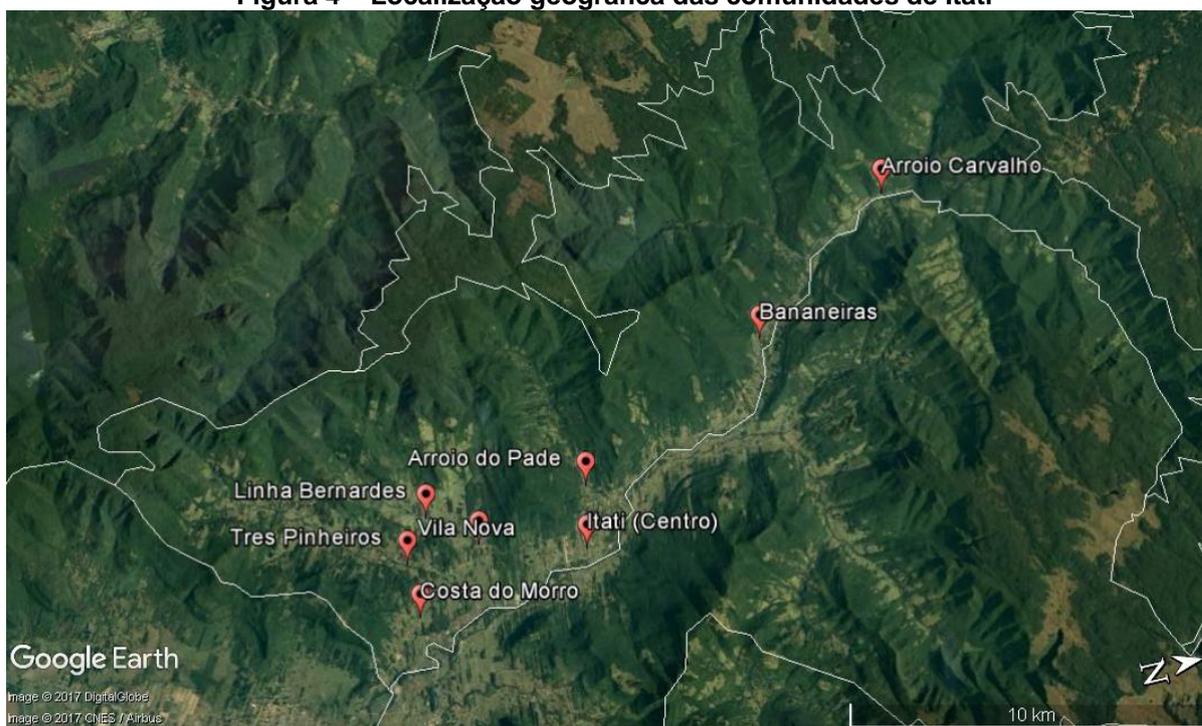
Itati é um pequeno município do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, localizado no vale do Rio Três Forquilhas, com população de 2.584 habitantes, sendo que, 80% da população é residente em área rural, com economia predominantemente agrícola. Densidade demográfica de 12,49 hab/km² e área territorial de 206.910 km² (IBGE, 2010).

Na Figura 3, está representada a localização geográfica do município de Itati no estado do Rio Grande do Sul.

Figura 3 – O município de Itati e sua localização geográfica no estado do Rio Grande do Sul



O município é formado pelo conjunto de 8 comunidades rurais, que são: Arroio Carvalho, Bananeiras, Arroio do Padre, Itati (centro), Vila Nova, Linha Bernardes, Três Pinheiros e Costa do Morro. Distribuídos geograficamente conforme a Figura 4.

Figura 4 – Localização geográfica das comunidades de Itati

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Google Eart.

A região em que hoje o município de Itati está localizado tem na colonização alemã sua história de surgimento. Segundo estudo realizado por Ely (2000), o isolamento da colônia estabeleceu ciclos produtivos, com produção para subsistência e para moeda de troca. Ainda segundo a autora, além dos cultivos os colonos processavam a produção agrícola, obtendo a farinha de milho, mandioca e trigo; o açúcar mascavo e o melado de cana e o café, todos essenciais para as famílias e para a comunidade, e estes produtos podem ser encontrados ainda nos dias atuais.

A população de amostra são os agricultores familiares e suas agroindústrias de açúcar mascavo e melado de cana. Para levantamento dos estabelecimentos produtores de açúcar mascavo e melado, o pesquisador participou de reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) de Itati, formado por representantes das oito comunidades, entidades da sociedade civil e pública do município. Nesta reunião foram levantados os nomes das famílias de agricultores/agroindústrias existentes no município e possíveis participantes da pesquisa.

Como pode-se observar no Quadro 1, o número de agroindústrias de açúcar mascavo e melado e, as famílias que compõe e processam suas matérias-primas

nestes estabelecimentos, em alguns casos, por exemplo, a agroindústria é composta por 3 famílias de agricultores.

Quadro 1 – Levantamento de agroindústrias familiares de Itati

Tipo	Nº de agroindústrias	Nº de famílias
Formais	18	29
Informais	6	9

Fonte: Elaborada pelo autor com base em CMDR de Itati (2017).

Para seleção dos participantes do estudo, foi realizado um sorteio, numerando as agroindústrias em duas colunas, as formais e as informais, tendo assim, as agroindústrias selecionadas em ordem numérica crescente. Assim, foram analisadas oito agroindústrias familiares produtoras de açúcar mascavo e melado de cana, sendo quatro agroindústrias formais e quatro agroindústrias informais.

A unidade de análise inicial do projeto seriam 12 agroindústrias familiares do município de Itati, sendo seis formais e seis informais, no entanto, na execução do trabalho de campo a pesquisa sofreu alterações, devido ao não aceite das agroindústrias informais em participar da pesquisa, após duas recusas a pesquisa foi concluída com oito estabelecimentos, mantendo paridade entre as duas realidades.

Desse modo, as quatro agroindústrias familiares informais serão apresentadas como Agroindústria A, B, C e D, e as quatro agroindústrias familiares formais como Agroindústria E, F, G e H na Figura 5 pode ser visualizada a localização das agroindústrias pesquisadas bem como as comunidades onde estas se localizam.

Figura 5 – Localização das agroindústrias de açúcar mascavo e melado de Itati pesquisadas e suas respectivas comunidades



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Google Eart.

A escolha e a definição do número de entrevistas se deve ao interesse em captar a diversidade, dentro da estrutura e tempo disponível, tanto de trabalho do pesquisador como do setor agroindustrial.

O principal instrumento de coleta de informações foi a entrevista semi-estruturada (APÊNDICE A), técnica em que o pesquisador organiza um roteiro de questões sobre o tema específico, mas dando liberdade para que o entrevistado fale sobre temas que surgirem a partir do tema principal (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

O primeiro contato comunicando sobre a pesquisa foi realizado pessoalmente, conversando sobre o tema e agendando um segundo encontro para realização da entrevista. É importante esclarecer que o autor deste trabalho atua profissionalmente como extensionista da Emater/RS-Ascar no município de estudo, junto a agricultores familiares desde julho de 2012. Sendo assim, meu acesso as entidades e organizações municipais facilitaram os levantamentos das famílias, mas ao mesmo tempo, a função enquanto técnico, dificultou meu acesso junto aos estabelecimentos informais o que pode ser verificado pelo medo da fiscalização que levou dois estabelecimentos a se negarem em participar da pesquisa, por receio que isso fosse utilizado posteriormente na fiscalização junto as suas propriedades.

As entrevistas foram realizadas com a família, onde todos podiam participar. A primeira entrevista foi escrita pelo pesquisador, que observou a perda de informações enquanto escrevia, levando a adoção da gravação nas entrevistas seguintes, tornando a conversa menos informal com mais riqueza de informações. O trabalho de campo foi executado entre os dias 15 de agosto e 06 de setembro de 2017.

A análise dos dados qualitativos se deu por análise de conteúdo, com a técnica de Redução, Apresentação e Conclusão. A redução consiste na seleção e posterior simplificação dos dados coletados na entrevista de campo. Este momento envolve a seleção, focalização, simplificação, abstração e transformação dos dados originais de acordo com os temas estabelecidos nos objetivos específicos (GIL, 2008). Nesta etapa os dados foram tabulados, buscando uma visão geral das informações, diferenciando as agroindústrias formais e informais. A apresentação consiste na organização dos dados selecionados possibilitando a análise sistemática das semelhanças ou diferenças e seu inter-relacionamento (GIL, 2008).

4 TRAJETÓRIA DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DE ITATI

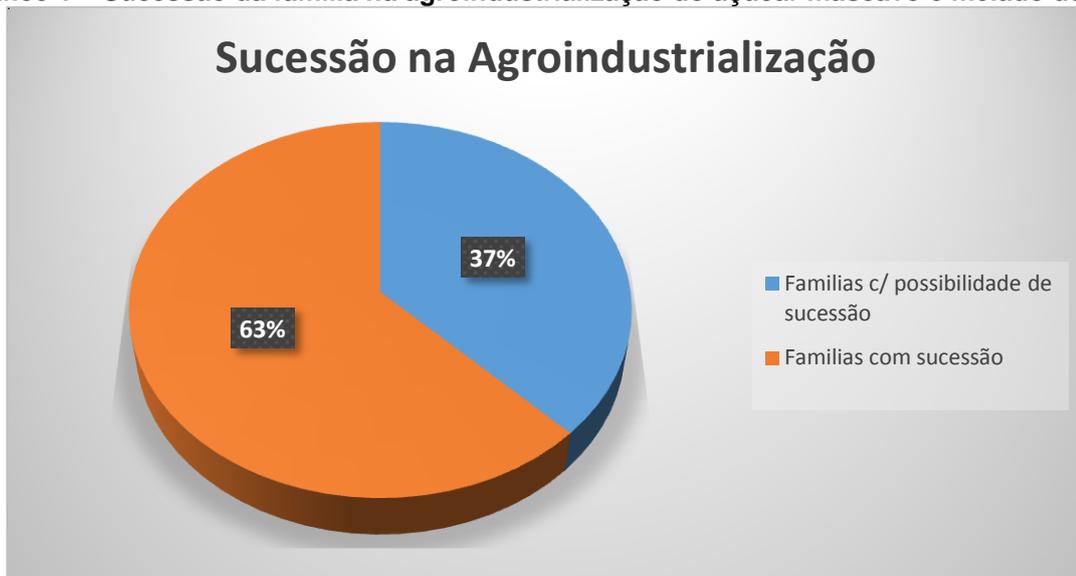
Neste capítulo, as agroindústrias familiares de Itati serão caracterizadas quanto sua formação e estrutura familiar, a divisão de trabalho, as estruturas de processamento e renda, diferenciando os empreendimentos formais e informais, apresentando os avanços e desafios acerca da regularização da produção do açúcar mascavo e do melado de cana. Por fim serão apresentadas as transformações sociais no município, causadas a partir da regularização das agroindústrias.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DE ITATI

Somado ao contexto histórico, as agroindústrias familiares mantiveram-se com as características adotadas na colônia alemã, alicerçadas na família e na sucessão. Neste estudo, todos os empreendimentos são formados pelo casal e seus filhos, em 37,5% existe a participação de noras, acrescido ao fato de que, os patriarcas iniciaram na atividade ainda crianças, com idade aproximada de 10 anos, sucedendo seus pais, e agora repassam aos filhos, chegando a terceira geração, representando sucessão de costumes e práticas de produção.

Como já citado, em todos os estabelecimentos existe a participação dos filhos, sendo que, em 63% os filhos constituíram família e seguem na atividade com os pais, configurando sucessão efetiva, no entanto, os outros 37% dos estabelecimentos possui participação dos filhos, com possibilidade de sucessão na agroindustrialização, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Sucessão da família na agroindustrialização do açúcar mascavo e melado de Itati



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados levantados na pesquisa.

A estrutura organizacional da indústria do açúcar mascavo do melado de Itati, é denominada Formato Unitário (forma U), onde todas as funções são realizadas por uma única planta industrial (MIELE; WALQUIL; SCHULTZ, 2011).

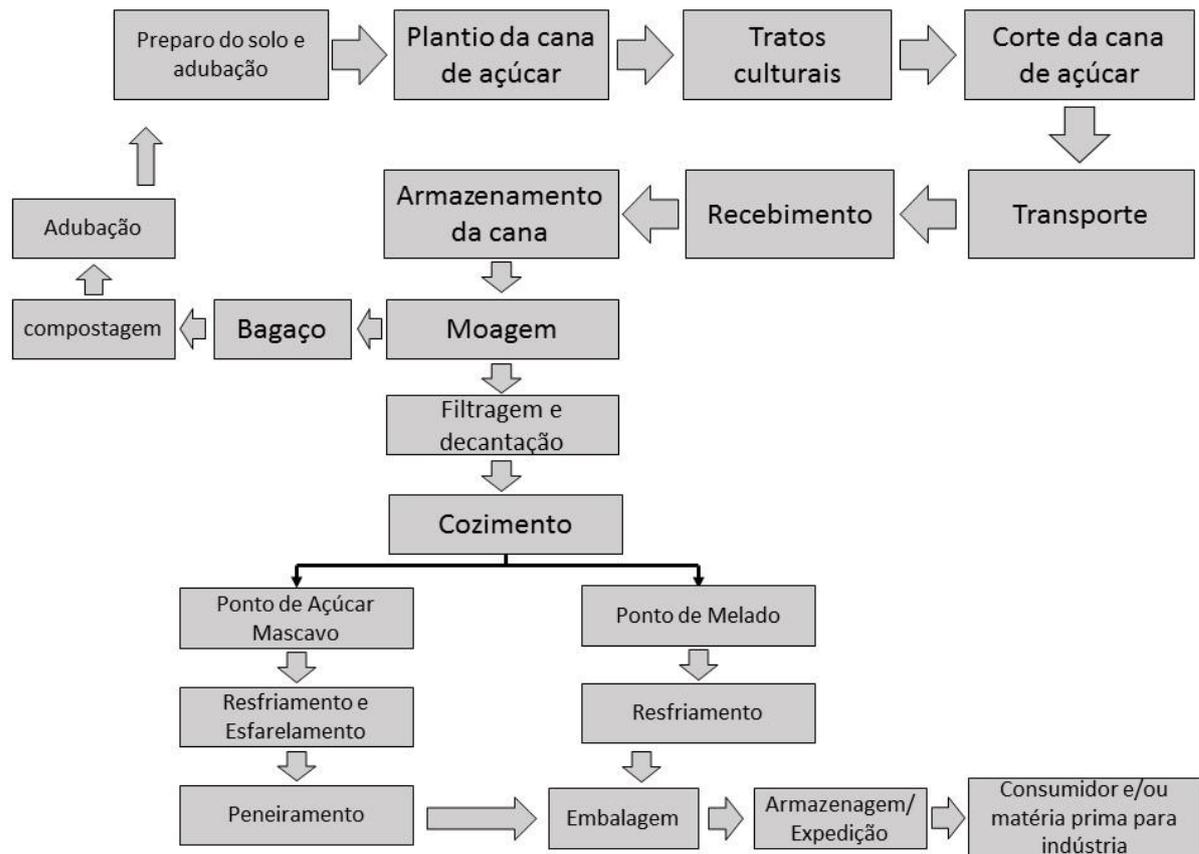
Segundo Miele, Walquil e Schultz (2011, p.10):

Na forma U, todas as funções são realizadas em uma única planta (produção, marketing, recursos humanos, finanças, etc.), cabendo a cada área desenvolver suas atividades para toda a linha de produtos para determinado país ou região geográfica.

As agroindústrias familiares representam uma forma de síntese contemporânea, unindo o velho, de racionalidade camponesa e suas relações de produção e de saber fazer, e o novo, de racionalidade empresarial, de administrar, fiscalizar e se adaptar ao mercado (SULZBACHER, 2009).

No processamento da cana-de-açúcar a família realiza todo o processo produtivo, desde o plantio, processamento e comercialização do produto. Todas as etapas do processo são apresentadas no fluxograma (Figura 6) de produção do açúcar mascavo e do melado de Itati desde o preparo do solo e adubação até a comercialização direta ao consumidor e/ou utilização como matéria-prima de outros produtos na agroindústria.

Figura 6 – Fluxograma de produção do açúcar mascavo e melado de Itati



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados levantados na pesquisa.

O trabalho nas atividades é realizado por todos os membros da família, com divisões pré-estabelecidas, garantindo estrutura organizacional aos empreendimentos, em que os homens realizam as tarefas que exigem maior esforço físico, como o plantio, corte, transporte, moagem da cana-de-açúcar e cozimento do caldo, já as mulheres participam dos processos que exigem maior atenção e sensibilidade, como embalagem e higiene dos utensílios e da estrutura física.

No aspecto relativo a renda 86,8% do total da renda das famílias é proveniente da agroindústria. Nas agroindústrias formais este percentual é de 91,2%, e nas informais 82,5%, mas é importante destacar o relato da agroindústria E, “[...] tudo passa pelo açúcar, o bozinho foi comprado com dinheiro do açúcar, e assim vai”. Ou seja, a economia desses estabelecimentos tem relação direta com a produção de cana-de-açúcar.

4.1.1 Agroindústrias Informais

As agroindústrias informais possuem uma estrutura física muito simples, tais como galpão de madeira e chão batido e um exemplo deste tipo de instalação e equipamentos podem ser visualizados na Figura 7. Durante os anos na atividade foram realizadas melhorias, como a substituição dos bois por motor elétrico na etapa que compreende a moenda, melhoria nas condições das estradas para transporte da cana-de-açúcar e locais apropriados para os resíduos líquidos gerados na limpeza dos equipamentos.

Figura 7 – Exemplo de estrutura física de agroindústrias informal



Fonte: Ricardo Valim (2017)

Todos os representantes das quatro agroindústrias informais (A, B, C e D) relataram a necessidade de realização de muito esforço físico durante o trabalho, dificuldades no processamento, desde o corte da cana-de-açúcar até o cozimento do caldo e citaram que o ponto mais crítico foi referente ao calor do forno que fica no mesmo ambiente de processamento (Figura 8).

Figura 8 – Agroindústria informal de açúcar mascavo e melado na etapa de cozimento do caldo de cana

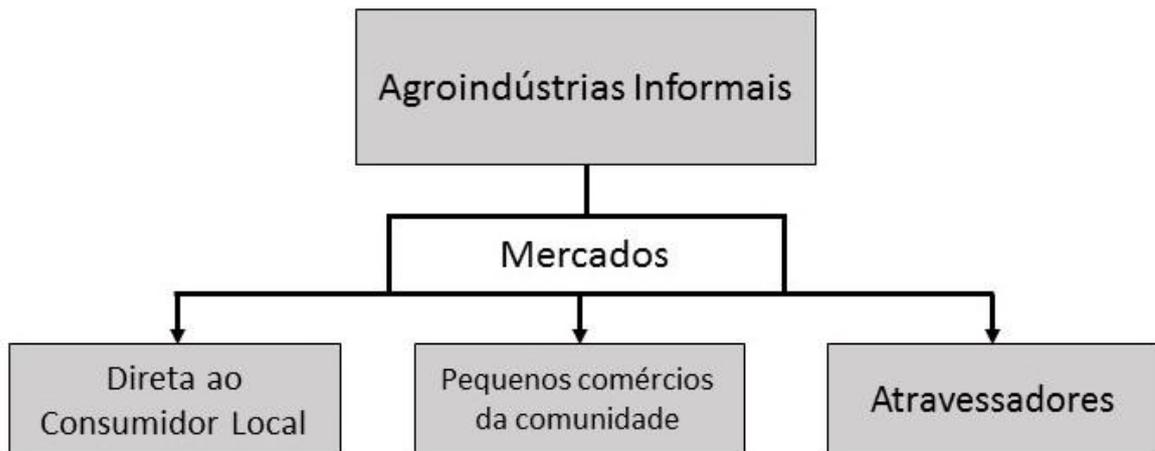


Fonte: Ricardo Valim (2017)

Nas agroindústrias informais houve diminuição da produção, que foi associado a dois fatores: o medo da fiscalização e a pouca produção de cana-de-açúcar.

A comercialização é para poucos compradores, em geral atravessadores e pequenos estabelecimentos locais (Figura 9), possuem dificuldades para vender a produção e preço abaixo do mercado local, conforme agroindústria A, “vendo pra quem aparecer”.

Figura 9 – Mercados acessados pelas agroindústrias informais de Itati



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados levantados na pesquisa.

4.1.2 Agroindústrias Formais

Nas agroindústrias formais as estruturas físicas atendem a todas as exigências sanitárias, ambientais e de proteção contra incêndio, mesmo assim possuem características próprias em cada área de processamento quanto às instalações e equipamentos. Em alguns casos ocorreu a reforma da estrutura existente, conforme apresentado na Figura 10 em que se pode observar como a agroindústria H era antes da reforma em 2016 (A) e depois da reforma no ano de 2017 (B).

Figura 10 – Estrutura física da Agroindustria H antes (2016) e depois (2017) da reforma



Fonte: Registros do autor.

Segundo a agroindústria G, “não existe um modelo padrão, mas sim a nossa realidade individual adaptado à estrutura exigida”. O estudo aponta para uma melhora nas condições de trabalho, maior conforto no cozimento do caldo, com ambiente separado do forno e menor esforço físico (Figura 11), segundo agroindústria H, “[...] as arrumação facilita o trabalho”.

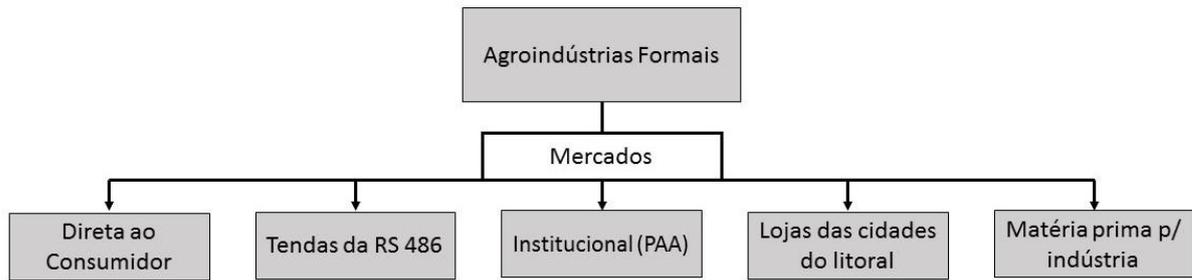
Figura 11 – Agroindústria Formal de açúcar mascavo e melado



Fonte: Ricardo Valim (2017)

A produção nas agroindústrias formais aumentou devido a ampliação do acesso a mercados diversos, possibilitando a organização da produção, de modo que todas as agroindústrias formais (E, F, G e H) comercializam seus produtos em no mínimo cinco mercados diferentes (Figura 12), além disso 75% das agroindústrias são sócias da cooperativa local, a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT), que elabora projetos de venda para mercados institucionais, como o PAA, comercialização em grupo, aproximando os agricultores para a cooperação.

Figura 12 – Mercados acessados pelas agroindústrias formais de Itati



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados levantados na pesquisa.

Segundo as agroindústrias formais estudadas, o principal benefício da melhoria da estrutura física (instalações e equipamentos) é a melhoria na qualidade do produto, como relata a agroindústria G, “quando a gente escuma a calda dá pra ver, sai pouca sujeira, o produto é mais limpo (se comparado ao processo anterior a formalização)”. A qualidade torna-se uma estratégia de mercado, conforme Miele, Walquil e Schultz (2011, p.18) destacam:

As estratégias no próprio negócio estão relacionadas à possibilidade de diferenciação dos produtos e serviços (dependem da habilidade em fazer os clientes perceberem essas diferenças), bem como à maneira como a organização enfoca os mercados.

O processamento informal da produção agrícola, caracteriza a atividade como uma contravenção, uma transgressão de regulamentos. Esta situação gera desconforto entre os agricultores, aparecendo em todos os estudos. As agroindústrias informais têm interesse em se regularizar, buscando tranquilidade de produção e liberdade de comercialização, configurando-se em uma oportunidade para os filhos, já os formais, relatam a experiência vivida na informalidade e os limites impostos por ela, conforme a agroindústria H, “vivia com o portão cadeado, quando chegava alguém, até a Emater, me escondia, parecia um criminoso”.

4.2 AVANÇOS E DESAFIOS EM TORNO DO PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

A conclusão de estradas importantes, tais como a BR 101 e a RS 486, trouxeram uma nova perspectiva para Itati e região, do isolamento da antiga colônia

alemã para uma das principais rotas turísticas e de escoamento de produção da região sul do Brasil.

As agroindústrias familiares produtoras de açúcar mascavo e melado de Itati se caracterizam como uma forma de reprodução da família e da comunidade, independente de serem formais ou informais, existe uma sucessão de atores, práticas e conhecimento empírico.

Os agricultores participantes do estudo iniciaram na atividade muito cedo, muitos ainda eram criança e já ajudavam os pais no processamento da cana-de-açúcar, desta forma, os planos e as perspectivas de vida foram superados pelas necessidades que o período histórico impôs as famílias.

Com a conclusão da Rota do Sol (RS 486), e as políticas públicas de abertura de mercados para os agricultores familiares a partir dos anos 2000, uma nova realidade se configurou na região e os alimentos provenientes direto dos agricultores iniciaram um processo de valorização, em consequência as regras e leis para beneficiamento e comercialização de alimentos processados passam a ter uma fiscalização mais próxima e rígida.

Conforme a agroindústria E, “tudo que é novo, parece que tem um tamanho maior do que é”, esta foi a sensação geral na medida em que consideravam, ser difícil regularizar as agroindústrias de Itati. Aliado a isso, a vigilância sanitária do estado era vista como truculenta e sem diálogo. Diante desse quadro, sem a aproximação das partes envolvidas, muitas famílias ficaram na informalidade e outras buscaram outras atividades, segundo os entrevistados.

Segundo os agricultores, as políticas estaduais para agroindústria familiar, desenvolvidas nos últimos governos, alavancaram o processo de formalização, sendo citado por todos os entrevistados a importância da assistência técnica próxima, orientando e encaminhando os aspectos burocráticos, conforme relatado pela agroindústria B, “é muita coisinha, eu fico meio perdido”.

A Política Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF), se mostrou uma importante ferramenta de assistências as agroindústrias familiares, com implantação de processos bem definidos, que iniciam com o cadastramento dos estabelecimentos, proporcionando assistência técnica na elaboração de projetos estruturais e de crédito, licença ambiental e rotulagem, após a agroindústria receber o alvará sanitário é solicitado a inclusão no programa Sabor Gaúcho. Reconhecendo que todas as etapas da formalização foram alcançadas e permitindo a emissão de

notas fiscais de produtos processados no bloco de produtor rural, um grande avanço para os agricultores familiares, que sem a necessidade de abertura de empresa, não perdem enquadramentos como agricultor. Com a inclusão no programa, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo (SDR), possibilita as agroindústrias familiares acesso à feiras e à eventos organizados pela mesma e seus parceiros.

A busca pela formalização das agroindústrias estudadas se deu por meio da fiscalização sanitária do estado, que em um dia de ação na região, em maio de 2014, fechou oito agroindústrias informais, atingindo 12 famílias. Com os empreendimentos fechados, sem renda, os agricultores tiveram que recorrer ao crédito rural para realizar as reformas exigidas. No período em que ficaram impedidos de produzir, tiveram muitas dificuldades financeiras, tendo que vender animais e fazer serviços externos, como atuação como diarista com outros agricultores, para manter as necessidades da família.

Já nas agroindústrias informais, existe a intenção de buscar a regularização, como forma de sucessão para os filhos, na medida em que vislumbram assim melhores opções de comercialização e acesso a mercados. Segundo estes, no quadro atual, quem não se formalizar tende a abandonar a produção, pois os próprios vizinhos denunciam. Ao mesmo tempo, existe um entendimento que esta reação se deve ao processo vivido pelas famílias que se regularizaram, conforme agroindústria A, “[...] não é justo, meu irmão foi pego pela ‘saúde’, teve que gastar, e eu não fiz nada. Fico produzindo, não tá certo. Tenho que arrumar meu engenho, pra ficar tudo certinho, igual ele”.

Como principal desafio está a falta de recursos financeiros para investimento na formalização das agroindústrias informais, além do fato de parar a produção por alguns meses até obter todas as licenças que autorizem o processamento de alimentos, ficando as famílias sem rendimento financeiro mensal, afetando a manutenção do grupo familiar, fato este, também citado pelos empreendimentos já formalizados.

A perspectiva de todos, formais e informais, segue sendo o acesso a mercados consistentes, com pouca variação de preço e demanda, possibilitando um planejamento da produção, com equilíbrio entre o plantio de cana-de-açúcar e o processamento do açúcar mascavo e do melado. A cooperação é um dos caminhos buscado pelos agricultores para acesso a mercados, a COOMAFITT juntamente com

os agricultores, executaram projetos de venda em 2016 e 2017, conforme relato dos agricultores.

Desta forma a regularização dos empreendimentos já possibilitou um acréscimo no acesso a mercados, como podemos observar nas figuras 9 e 12, o mercado para as agroindústrias informais são mais restritos, centralizado localmente, já para as agroindústrias formais, as possibilidades são mais diversificadas, configurando-se uma estrutura de mercado de oligopólio, com poucos vendedores para muitos compradores, assim, um produto diferenciado pelos métodos de produção, seja na matéria prima como no produto final, possibilita um maior poder de mercado, onde os preços são superiores aos custos (MIELE, WALQUIL E SCHULTZ, 2011).

4.3 ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS DA FORMALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

Com a formalização, as estruturas dos empreendimentos sofreram diversas adaptações e reformas para atender as exigências sanitárias, ambientais e de proteção contra incêndio, estabelecidas como regulamentação.

Tais estruturas são reconhecidas pelos agricultores por melhorar as condições de trabalho, conforme relato da agroindústria E “Melhorou 80%”. O trabalho segue exigindo esforço físico, mas o local ficou menos insalubre, com fluxo de produção e estruturas adaptadas, garantindo melhores condições de trabalho.

As agroindústrias informais buscam melhorar as estruturas físicas de processamento, possibilitando maior conforto no trabalho, e qualidade no produto, agregando valor ao produto final.

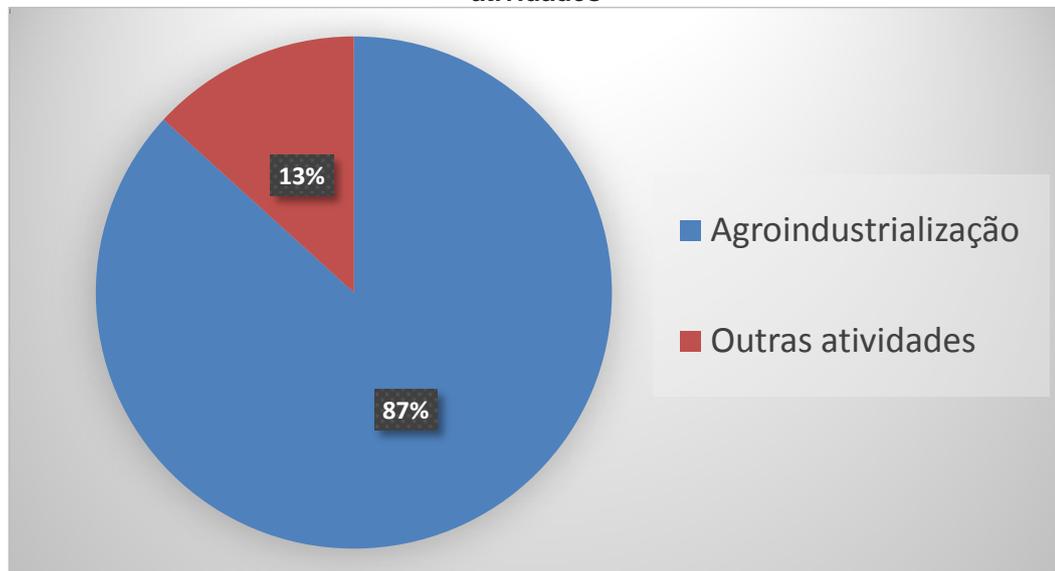
Sobre as condições de trabalho, a exposição ao calor do fogo foi a mais citada pelos entrevistados, estruturas em que a fôrnalha é no mesmo ambiente de processamento (Figura 8), causam desconforto durante a execução da atividade e danos à saúde, conforme relato dos agricultores.

Com relação à renda, as famílias desenvolveram seus sistemas produtivos centralizados na agroindústria, resíduos como o bagaço são utilizados para alimentação animal e como adubo orgânico no cultivo da cana-de-açúcar, os animais também são utilizados como tração no preparo do solo e transporte de insumos e matérias primas, além de ser fonte de proteína na alimentação da família, tudo é um

ciclo, que envolve recursos revertido em açúcar mascavo e melado. Desta forma a renda principal das famílias é a proveniente da agroindustrialização, dado este levantado na pesquisa, com pergunta direta ao entrevistado e também na observação de documentos, como nas Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), ondes são descritas as atividades produtivas e a renda proveniente de cada atividade.

Conforme tabulação dos dados fornecidos nas entrevistas, as médias das rendas das famílias, oriundas da agroindustrialização são apresentadas no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Percentual médio da renda proveniente da agroindustrialização e de outras atividades



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados levantados na pesquisa.

Diante dos dados sobre origem da renda familiar, para as agroindústrias informais, tomar a decisão de parar a produção para construção ou reforma da estrutura de processamento, é uma decisão complexa, que passa diretamente pela renda da família, que ficará em média quatro meses sem renda mensal, devido a pausa na produção do açúcar mascavo e do melado necessária para a adaptação.

Diante desta dificuldade, os agricultores protelam a regularização da agroindústria, ou até mesmo melhorias estruturais que minimizassem os riscos à saúde, garantido maior conforto e qualidade de vida no trabalho.

No estudo, a comercialização foi citada sobre vários aspectos, mas a autonomia foi destacada pelas agroindústrias formais, “[...] hoje eu mando no meu produto, aquela vez eu não mandava, dependia do comprador” (agroindústria E).

Este relato nos remete a outros fatores, intrínseco nas entrevistas, como políticas públicas de acesso a mercados, viabilizados pela regularização e também a crescente valorização de produtos que remetem ao natural e saudável, como já apontado por Sulzbacher (2009).

Nos empreendimentos informais, existe uma dependência dos atravessadores, conforme destacado pela agroindústria A, “Vendo pra quem aparecer”, e o valor de comercialização também é menor, 20% menos em média, segundo os entrevistados.

Apesar das informações levantadas junto aos agricultores remeterem aos atravessadores, também é registrada a comercialização direta aos consumidores, que são moradores locais e consumidores de municípios próximos, que vão até as agroindústrias adquirir o açúcar mascavo e o melado, criando relações de vínculo entre o produtor e o consumidor.

Quanto às questões ambientais, o processo de regularização exige licença ambiental, com destino correto dos resíduos. A fabricação de açúcar mascavo e melado não possui em seu processo a produção de resíduos altamente poluentes, os resíduos gerados são as águas provenientes da limpeza (ambiente de processamento e utensílios) e o bagaço da cana. As águas utilizadas na limpeza possuem sistema de tratamento com filtro e sumidouro, já o bagaço da cana tem dois destinos, a compostagem para posterior utilização como adubo orgânico e a alimentação animal.

Nas agroindústrias informais, as estruturas não possuem um sistema para captação das águas utilizadas na limpeza, estas são lançadas diretamente sobre o solo, no entanto o bagaço da cana segue os mesmos destinos das agroindústrias formais, adubação orgânica e alimentação animal.

O sistema de produção da cana-de-açúcar é convencional, com a utilização de insumos químicos como adubos e defensivos, conforme relato dos agricultores a topografia da região, com terreno acidentado e afloramento de rochas, não permite mecanização em muitas das áreas de cultivo, levando a utilização principalmente de herbicidas no preparo da área para plantio, e no controle do mato das áreas já implantadas. Sobre este aspecto, os recursos naturais da região sofrem prejuízos devido ao corpo hídrico exuberante, que acaba conduzindo estas substâncias, comprometendo o agro ecossistema, sendo esta uma região rica ambientalmente,

com vegetação de transição entre a planície do pampa e a mata atlântica da serra geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As agroindústrias produtoras de açúcar mascavo e de Itati se mostraram uma extensão da família, uma vez que o envolvimento e atuação nesta atividade perpassa as gerações anteriores e a própria formação da identidade dos atuais proprietários. Assim como o queijo serrano, citado na revisão bibliográfica, o açúcar mascavo e o melado possuem relação com a tradição local, configurando-se num produto característico da região, que deve ser valorizado e preservado para o conhecimento e acesso das futuras gerações.

A política estadual de agroindústria familiar do Rio Grande do Sul aparece como instrumento de assessoramento para as famílias. Os estabelecimentos formais pesquisados acessaram o programa, através de cadastramento, utilizando da assistência técnica no processo, por meio de projetos de crédito, projeto de estrutura física, licença ambiental e plano de prevenção e proteção contra incêndios (PPCI). Com a regularização das agroindústrias e obtenção do alvará sanitário, a inclusão do selo Sabor Gaúcho e a possibilidade de utilização do bloco do produtor rural para emissão de notas fiscais de produtos processados, configuram-se num significativo benefício para as agroindústrias familiares, sendo que a abertura de empresa provocaria desenquadramentos enquanto agricultor, trazendo mais burocracia e despesa para o empreendimento familiar.

As agroindústrias informais possuem conhecimento sobre o processamento da cana-de-açúcar, mas a situação da informalidade os torna invisíveis, até mesmo para o município de Itati, reconhecidos apenas pelos vizinhos próximos. Tornando comum os relatos de porteira fechada, processamento nos fins de semana e feriados, em que a fiscalização não atua, condição esta que remete a uma contravenção as regras estabelecidas pelas diferentes legislações.

O gargalo para a formalização, segundo o estudo, é parar a produção, ficando sem renda familiar no período, tendo ainda que investir na reforma ou construção da agroindústria. O investimento na estrutura (instalações e equipamentos) pode ser encaminhado via crédito rural, em condições interessantes para o agricultor, com parcelamento e juros baixos, já o período sem renda familiar por falta de produção preocupa e assusta os agricultores familiares, que acabam por protelar o processo de formalização.

O impacto gerado na renda familiar foi de 87% a renda ser proveniente da agroindustrialização e os 13% restantes advindos de outros tipos de atividades. Uma proposta de política pública para os agricultores de baixa renda, seria um benefício semelhante ao seguro desemprego, ou ainda, como o seguro defeso, benefício pago aos pescadores artesanais na época de reprodução das espécies. Seguindo estes exemplos, o benefício seria de um salário mínimo por família por mês, com período estipulado de quatro meses, que segundo os agricultores formalizados é o tempo médio de pausa na produção para adequação da estrutura física. Uma política pública com este viés, bem estruturada, com enquadramentos bem definidos, possibilitaria aos pequenos agricultores inserção nos mercados de comercialização.

Benefícios de curto prazo, que promovam a autonomia econômica e social destas famílias, poderiam possibilitar que em um curto espaço temporal, estas mesmas famílias não sejam ainda mais dependentes do Estado.

Diante do trabalho de pesquisa, foi possível identificar avanços relevantes sobre as políticas públicas para as agroindústrias familiares, especialmente as produtoras de açúcar mascavo e melado, bem como, uma aproximação das partes interessadas, principalmente os agricultores e os órgãos fiscalizadores, gerando possibilidades que atendam a segurança dos alimentos, e ao mesmo tempo esteja próximo da realidade os agricultores familiares de Itati.

REFERÊNCIAS

- AGNE, C. L.; WAQUIL, P. D.. **Agroindústrias Rurais Familiares**: a interação social produtor consumidor nos mercados de proximidade na região do Corede Jacuí Centro – RS. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2009.
- BECKER, R. T..**O cultivo e o beneficiamento da cana-de-açúcar no município de Presidente Lucena-RS**. TCC de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural-PLAGEDER, Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS. Presidente Lucena, 2013.
- BRASIL. **Instrução Normativa Nº 5, de 14 de fevereiro de 2017**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 fev. 2017.
- BRASIL. **Decreto Nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. D.O.U. - Diário Oficial da União; Poder Executivo, 01 de jul. 1996.
- BRASIL. **Decreto-Lei Nº 986, de 21 de Outubro de 1969**. Institui normas básicas sobre alimentos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 out 1969.
- CARDOSO, Susana [e] RÜBENSAM, Jane Maria. **Elaboração e avaliação de projetos para agroindústrias**; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural do SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- CRUZ, F.T. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais**: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano dos campos de cima da serra-RS. 2012. TESE nº49 (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2012.
- ELY, Nilza Huyer (Org.). **Terra de Areia, marcas do tempo**: I Simpósio sobre Imigração alemã no litoral norte/RS: Raízes de Terra de Areia II. Edições EST. Porto Alegre, 2000.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Org). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Editora da UFRGS – Porto Alegre, 2017.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S.. Conhecimentos, Produção de Novidades e Transições Sociotécnicas Nas Agroindústria Familiares. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 2, p. 179-194, 2015
- GAZOLLA, M. **Conhecimentos, Produção de novidades e ações institucionais**: cadeias curtas das agroindústrias familiares. 2012. TESE nº56 (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2012.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) 2010. **Cidades-Itati - RS**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431065> Acesso em: 04 out. 2017.

MIELE, M.; WAQUIL, P. D.; SCHULTZ, G. **Mercados e comercialização de produtos agroindustriais**; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Políticas públicas para agricultura familiar**, 2013. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf. Acesso em 10 nov. 2017.

MIOR, L.C. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó, Editora Argos, 2005.

NORONHA, Mila Carolina Pereira; ROLDAN, Bruna Bresolin; DALBEM, Marcio Luiz Miranda (Org). **Histórias da agroindústria familiar**. Prêmio destaque na Expointer(RS), 2015.

ORSOLIN, Juarez. **Gestão da comercialização na cadeia agroindustrial familiar do açúcar mascavo**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da UFRGS, Porto Alegre, ago. 2002.

RADOMSKY, G.. **O pós-guerra e as teorias do desenvolvimento**. Ulbra. (Org.). Desenvolvimento e Sustentabilidade. Curitiba: Ibpex, 2009, p. 33-55.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto Nº 49.341, De 05 De Julho 2012**. Cria o Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no DOE nº 130, de 06 de julho de 2012.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei n.º 13.921, de 17 de janeiro de 2012**. Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no DOE nº 013, de 18 de janeiro de 2012.

RODRIGUES, A. B.. **Governador do RS sanciona lei que regulamenta Queijo Artesanal Serrano**. Emater/RS. 01 fev. 2017. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/noticias/detalhenoticia.php?id=25666#.Wg7WRKFK3Dc> . Acesso em: 15 nov. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Nº 63, de 29 de dezembro de 2016. **Dispõe sobre a produção e a comercialização do queijo artesanal serrano, no Estado do Rio Grande do Sul**. Publicado no DOE de 13 de fevereiro de 2017.

SANTO ANTONIO DA PATRULA. Prefeitura Municipal, **História do Município**. Disponível em: <http://www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br/pmsap/historia-do-municipio>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SDR. **Cartilha Programa Estadual de Agroindústria Familiar – PEAf**. Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/upload/arquivos/201706/30114529-cartilha-programaestadual-de-agroindustria-familiar-peaf.pdf>. Acesso em: 06 jul 2017.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO. **Programa Estadual De Agroindústria Familiar (PEAF)**. Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/programa-estadual-de-agricultura-familiar>. Acesso em: 06 jul 2017.

SORJ, B.; WILKINSON, J. Processos Sociais e Formas de Produção na Agricultura Brasileira. In: SORJ, B.; ALMEIDA (orgs). **Sociedade e Política no Brasil, pós-64**. São Paulo Brasiliense, 1983.

SULZBACHER, Aline Weber. **Agroindústria familiar rural: caminhos para estimar impactos sociais**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, p. 1-25.

SHIKIDA, P.F.A. **Desenvolvimento socioeconômico e agroindústria canavieira no Paraná**. Revista da Política Agrícola. Ano XIX – Nº 3 – Jul. Ago. Set. 2010, p. 67-82.

APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1) Qual a composição familiar?
- 2) Quem trabalha na agroindústria? Como é organizada a divisão das atividades?
- 3) Caracterização da propriedade:
 - Quais atividades produtivas desenvolvem?
 - O que é processado na agroindústria?
 - Tempo que estão na atividade?
 - Motivos pelos quais iniciaram a atividade?
 - Quanto % da produção da agroindústria representa na renda familiar total?
- 4) O que mudou com a implementação da agroindústria?
 - a) () Formal data da formalização _____
 Na comercialização (destinos):
 No trabalho:
 Na estrutura física:
 Na produção:
 A quanto tempo formalizou? _____
 - b) () Informal
 Na comercialização (destinos):
 No trabalho:
 Na estrutura física:
 Na produção:
 Tem interesse em formalizar? () Sim () Não Por que?
- 5) No início da atividade.
 Quais os desafios?
 E as perspectivas foram alcançadas? (se possível citar uma ou mais)
- 6) No momento atual.
 Quais os desafios?
 E quais as perspectivas?
- 7) O que acham das regulamentações previstas na legislação? Alguma sugestão de melhoria na legislação?

- 8) Como é comercializado (autonomia) e quais são os mercados acessados para os produtos da agroindústria?
- 10) Ocorreram mudanças na estrutura física da propriedade para a implantação da agroindústria? O que?